

GDF faz sua reforma em agosto

O Governo do Distrito Federal começa em agosto a sua reforma fiscal que visa, além da melhoria na arrecadação de impostos, ao desenvolvimento e à preservação das empresas da cidade. O governador Joaquim Roriz discutiu ontem com empresários e os secretários Everardo Maciel, da Fazenda, e Nuri Andraus, do Desenvolvimento do DF e Entorno, os principais pontos da reforma. Ficou acertado que será feito um recadastramento das 80 mil empresas inscritas na Junta Commercial, haverá a renegociação das dívidas ativas no valor de Cr\$ 270 bilhões e será criada uma legislação específica para a regularização das 15 mil microempresas informais do DF que funcionam em residências ou fundo de quintal.

No dia 7 de agosto, o governador Joaquim Roriz volta a se reunir com os secretários e empresários para conhecer as propostas para a regularização das microempresas e também sobre as formas de renegociação das dívidas ativas. "A partir desta reunião o que não depender de aprovação da Câmara Legislativa já entrará em execução", afirmou Everardo Maciel. Ele disse que o recadastramento, por exemplo, poderá ser iniciado imediatamente.

Para o secretário é preciso saber quais são as empresas inscritas que estão efetivamente funcionando.

Redução do Imposto — A principal novidade da reforma é que as microempresas terão uma legislação específica com a cobrança de impostos, como ICMS, simplificada e reduzida. Nuri Andraus explicou que a proposta é criar um método de pagamento mensal por estimativa das vendas no trimestre ou no semestre. "Vamos acabar com a burocracia de verificar débito e crédito fiscal. O microempresário vai pagar um percentual pequeno sobre o total simples das vendas", afirmou. A taxa, segundo Andraus, pode variar entre 0,5 a 1,5%. O secretário acrescentou que desta forma todas as micro empresas informais do DF terão condições de serem regularizadas, e o GDF irá arrecadar mais impostos, destacou.

O presidente da Federação das Indústrias, Antônio Fábio, aprovou a proposta. "Isso vai facilitar a vida do microempresário e lhe dará chance de sair da clandestinidade", argumentou. Outro benefício do projeto é que o pequeno empresário não vai mais precisar de ter gastos

com contabilidade. Segundo Antônio Fábio, atualmente cerca de 20% do lucro de uma microempresa vai para o contabilista. "Com a reforma até mesmo a nota fiscal passa a ser opcional para as pequena empresas", destacou.

Negociação — O secretário da Fazenda preferiu não antecipar como serão as negociações das dívidas do ativo do GDF. Ele afirmou apenas que não haverá anistia fiscal. "Vamos estudar formas de parcelamento, redução de multas, criando incentivos para a quitação das dívidas", explicou. Maciel disse ainda que o governo pretende também, no processo de negociação, usar a dívida como financiamento para a expansão e desenvolvimento das empresas.

Finalizando o encontro, Nuri Andraus lembrou que a reforma fiscal vai permitir ao DF fazer a regulamentação do benefício do artigo 179 da Constituição que prevê um tratamento diferenciado e privilegiado para as microempresas. "Até agora, com a legislação em vigor, os microempresários eram penalizados e não beneficiados", afirmou. (Vânia Rodrigues).